

É melhor evitar do que remediar? Apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos no contexto de migração irregular brasileira na Bélgica¹

Bruno Zavataro²

Recebido em julho de 2022

Aceito em outubro de 2022

RESUMO

Partindo do postulado teórico de que a primeira condição para a emergência dos problemas e dos conflitos sociais seja de que eles sejam definidos enquanto tais pelos atores sociais (condição subjetiva e cognitiva), este trabalho traz alguns apontamentos sobre as lógicas de aceitação dos problemas cotidianos e de evitamento dos conflitos vividos no trabalho, no contexto da migração irregular brasileira na Bélgica. Baseando-se na análise qualitativa de entrevistas realizadas com brasileiros e brasileiras vivendo irregularmente neste país, durante os anos de 2012 e 2015, busca-se compreender diversas situações que, embora se manifestando de forma problemática de alguma maneira, em razão das ofensas morais que elas exprimem, acabam sendo aceitas e toleradas e os conflitos evitados. Articulando a hipótese de um recrudescimento da indiferença social, da banalização das injustiças e do sofrimento, formulada como uma provocação intelectual, aborda-se o contexto particular da migração irregular, enfatizando as formas pelas quais as relações paternalistas/maternalistas na esfera do trabalho, induzidas pela situação de precariedade econômica e de estadia irregular, influem na percepção da própria situação vivida pelos atores sociais e nas lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos.

Palavras-chave: Migração Irregular Brasileira na Bélgica; Condições de Emergência e de Resolução dos Problemas e dos Conflitos; Análise Qualitativa; Entrevistas; Lógicas de Aceitação dos Problemas e de Evitamento dos Conflitos; Paternalismo/maternalismo.

¹ GT 10 – Migrações Internacionais, Fronteiras e Novas Diásporas.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR (PPGSOCIO-UFPR). Mestre em Criminologia pela *Université Libre de Bruxelles/Bélgica*. Especialista em Sociologia Política pela UFPR. Bacharel em Direito e em Ciências Sociais pela UFPR. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Migrações Internacionais e Multiculturalismo” (UFPR). Bolsista CAPES. E-mail: bzavataro@yahoo.com.br.

1. Introdução

É possível dizer que, desde algumas décadas, uma nova postura emerge no horizonte jurídico-político em escala europeia no que se refere à questão migratória. Nesta, o problema do controle dos fluxos migratórios se torna, cada vez mais, objeto de atenção política particular e de medidas restritivas e criminalizadoras (BRION *et al.*, 2001). Se as ondas migratórias com destino à Europa jamais se interromperam, contrariamente aos objetivos políticos esperados com o fechamento das fronteiras e a interrupção da imigração regulada pelo Estado a partir dos anos de 1970, o fato é que estas medidas restritivas e criminalizadoras trouxeram consequências variadas na vida das populações migrantes.

Com efeito, o recrudescimento crescente das políticas de imigração, visando tornar cada vez mais difíceis as condições de entrada e de instalação no “Espaço Schengen”, participaram da criação da figura do migrante clandestino (ilegal, sem-papel, irregular, não-autorizado, indocumentado), segundo aponta Andrea Rea. Resultado da atribuição de um status jurídico precário cada vez mais durável, “os imigrados podem doravante viver no interior das fronteiras dos Estados europeus, ficando mantidos, às vezes, às fronteiras das instituições do Estado do direito e do Estado social”, e isso durante numerosos anos (REA, 2008, p. 37).

É no âmbito deste contexto mais amplo em que se inscrevem as recentes ondas da migração brasileira para a Europa e, em particular, para a Bélgica, foco da nossa pesquisa (MARTINIELLO *et al.*, 2010; ALVES, 2005; OIM, 2009). Embora o número de nacionais brasileiros estabelecidos neste país não seja conhecido com precisão, tendo em vista o caráter dificilmente quantificável que o fenômeno da imigração irregular reveste, estimativas avançavam, por exemplo, para o final dos anos 2000, entre 38.000 a 50.000 o número de residentes brasileiros na Bélgica, a grande maioria em situação irregular de estadia (PEREIRA, 2008; PEDROSO, 2011). Trata-se, antes de mais nada, da dimensão transnacional que toma, desde os anos 1980, o movimento de emigração brasileira rumo às mais diversas destinações,

mudando, pela primeira vez na sua história, a característica do Brasil de ser um país de imigração (ROSENFELD *et al.*, 2009). Os dados disponíveis sobre a matéria mostram, no mais, a predominância na Bélgica de uma imigração brasileira pouco qualificada, preferencialmente jovem, feminina e derivada de algumas regiões do país, particularmente das regiões de Minas Gerais e de Goiás, onde uma cultura da emigração parece ter se instalado há muito tempo, indo além de razões puramente econômicas (ALVES, 2005).

O contexto político-jurídico e securitário que prevalece atualmente em matéria de controle da imigração clandestina acarreta às populações migrantes a limitação do acesso aos direitos sociais e aos recursos públicos, constituindo-se *a fortiori* fonte de insegurança, de discriminação, de problemas e de conflitos. Segundo Martiniello e coautores, “as diversas categorias jurídicas (tipos de estadia) geram direitos e possibilidades diferentes”, tais como emprego, educação, ajuda social etc. (MARTINIELLO *et al.*, 2010, p. 5). De maneira sucinta, diversas pesquisas já vêm enfatizando os obstáculos que a condição irregular de estadia impõe no cotidiano das populações migrantes, gerando formas particulares de exclusão e de negação de direitos, “em um mundo onde os ‘papéis’ se tornaram a expressão concreta da identidade” (FASSIN e MORICE, 2001, p. 260), ou seja, “um vetor cardinal de existência social, no sentido de uma identificação cidadã” (KAGNÉ, 2001, p. 46). Com efeito, a condição irregular de estadia impõe aos migrantes os setores mais degradados da habitação e do trabalho (*dirty works*) no país de acolhimento, sujeitando-os às mais variadas formas de exploração e de discriminação, com reflexos na saúde e nas relações sociais e familiares como um todo (BOUAMAMA, 2008).

Assim, no momento atual, essas pesquisas se interessam não somente: a) pelo impacto da condição irregular de estadia sobre as condições de saúde, educação, renda e trabalho, tanto o trabalho doméstico (GODIN, 2013; FREITAS e GODIN, 2013) quanto o da construção civil (MARTINIELLO *et al.*, 2010.; JOUNIN, 2006 e 2009), dois importantes setores responsáveis por acolher a mão-de-obra “clandestina” estrangeira; b) como também pelo seu impacto nas dinâmicas sociais e familiares, particularmente no que toca aos conflitos geracionais, aos problemas

com as crianças e os adolescentes (JAMOULLE e MAZZOCCHETTI, 2011; HAYEZ, 2001), ao exercício da maternidade (DAVOUDIAN, 2012) e à violência contra as mulheres (MENJIVAR e SALCIDO, 2002; HUMAN RIGHTS WATCH, 2013; PICUM, 2012). Assim, o recrudescimento das políticas migratórias produz efeitos práticos e materiais na vida e na existência de populações migrantes, gerando formas de exclusão no interior das fronteiras dos Estados nacionais.

Consiste em manter conscientemente pessoas à margem do Estado de direito e do Estado Social. Nisso, trata-se de uma política hipócrita e politicamente cínica. O sistema produz excluídos do interior que são de certa forma tolerados, embora uma minoria seja expulsa. O sistema consiste, ao lhes excluir e ao manter esta situação de exclusão, a lhes guardar à margem do direito e também à margem dos direitos sociais, civis e políticos (...). Não dispendo do direito de estadia, eles não podem reivindicar direitos sociais ligados ao exercício de uma atividade profissional (...) O acesso ao Estado social é reservado aos herdeiros, os nacionais e os estrangeiros em ordem de estadia. Ao contrário, os trabalhadores indocumentados não podem ter acesso à propriedade social que constitui a previdência social. No mais, a ausência de um documento de estadia reduz seus direitos civis (ADAM *et al.*, 2002, p. 210-211).

Apesar desses aspectos, fazendo da imigração irregular fonte de tensões, ainda são raros os trabalhos interessados particularmente nas dinâmicas dos problemas e dos conflitos cotidianos vivenciados neste contexto e às suas formas de resolução, suscitando com isso um interesse em nossa investigação.

2. Aspectos metodológicos e teóricos da pesquisa

Baseando-se no método da indução analítica³, a pesquisa tem um duplo objetivo. Primeiramente, investigar as condições dentro das quais os problemas e os conflitos emergem e são resolvidos pelos brasileiros e pelas brasileiras residindo

³ É o “procedimento lógico que consiste em partir do concreto para chegar ao abstrato, delimitando as características essenciais de um fenômeno” (DESLAURIERS, 2008, p. 339). Neste método, a construção teórica se formula de maneira indutiva, realizada de forma gradual e exaustiva sobre os dados empíricos coletados no campo da pesquisa. O procedimento deve passar pela análise aprofundada de “um pequeno número de casos, descrever suas características essenciais, retrair as causas dos fenômenos e observar como eles interagem para produzir um determinado resultado” (DESLAURIERS, 2008, p. 399)

irregularmente na Bélgica. Em segundo lugar, busca-se confrontar essa questão com a hipótese de que os problemas e os conflitos são condicionados pela situação de estadia irregular neste país. Em suma, objetiva-se produzir um conhecimento teórico (teoria) a partir da tomada em consideração das condições necessárias para o advento e recorrência de um dado fenômeno social (BECKER, 2002, p. 302).

Assim sendo, pegando uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) como estudo de caso, tal como a brasileira na Bélgica, esta pesquisa é inspirada pelo desejo de compreender as condições dentro das quais os problemas e os conflitos emergem e são resolvidos no cotidiano da imigração irregular, a partir de uma análise qualitativa de entrevistas realizadas com 29 migrantes brasileiro(a)s, residindo irregularmente na Bélgica, entre os anos de 2012 e 2015. As entrevistas em profundidade foram realizadas com 16 mulheres e 13 homens, com idades variando de 21 a 59 anos, que se encontravam na Bélgica por razões diversas, a grande maioria sendo oriunda das mesmas regiões brasileiras, em especial dos Estados de Goiás e de Minas Gerais, como já apontado em pesquisas anteriores. São entrevistas⁴ que foram obtidas através da rede de contatos e de relações pessoais do pesquisador na Bélgica, graças a um trabalho voluntário realizado, em Bruxelas, junto à Associação de Ajuda a Migrantes em Situação Precária e Irregular, associação *Abraço*, entre os anos de 2012 e 2015 (até o seu fechamento e encerramento das atividades por falta de recursos), assim como da “técnica da bola de neve” a partir da qual as pessoas entrevistadas indicam pessoas conhecidas para a entrevista.

Teoricamente, o trabalho se apoia em pesquisas realizadas no campo da sociologia, da antropologia e da criminologia no que toca aos estudos dos conflitos e aos problemas sociais, assim como as disputas nos mais diversos contextos políticos, sociais e culturais. Parte-se da consideração de que problemas, conflitos e disputas não existem independentemente da definição que dão os atores sociais, mas sim, emergem dentro de um quadro de definição da situação que é dado pelos

⁴ Os dados foram coletados graças a uma bolsa Mini-Arc concedida pela *Université Libre de Bruxelles* (ULB)/Bélgica a quem agradeço vivamente, desde já, pela autorização da sua utilização no âmbito desta pesquisa.

próprios indivíduos e pelos grupos sociais. Com efeito, a definição da situação como sendo problemática ou conflituosa pelos indivíduos e grupos sociais se constitui como a primeira condição para que um problema ou um conflito possa emergir. Para Howard Becker, um problema social consiste em uma situação subjetivamente definida, ou seja, em uma condição objetiva que acaba por se definida enquanto problema pelos membros da sociedade, em face da qual alguma coisa deve ser feita (BECKER, 1967, p. 2).

Spector e Kitsuse (1987) assinalam que um problema social não se traduz pela simples existência de uma dada condição objetiva, mas sim por uma ação social, quer dizer, pela atividade através da qual indivíduos e grupos sociais identificam uma situação como sendo indesejável. Dessa forma, longe de uma condição objetiva, os problemas emergem como resultado de um processo de definição, de interação e de queixas que se formulam entre indivíduos e grupos sociais, ou seja, como sendo uma construção social que se desenrola pelo viés das inter-relações sociais, através daquilo que os indivíduos e os grupos pensam ser uma condição não desejável e remediável. Neste quadro, os problemas sociais são “as atividades de grupos ou indivíduos fazendo asserções de ofensas e reivindicações com respeito a algumas condições putativas” (SPECTOR e KITSUSE, 1977, p. 75).

Tais como os problemas, os conflitos e as disputas também emergem a partir da definição subjetivamente dada à situação. Para Kriesberg, o conflito é uma lesão sentida pelos indivíduos e grupos sociais (*a grief*) e a crença na possibilidade de remediar a situação, condicionando a sua emergência. Neste quadro, a atenção é dada à maneira pela qual as ofensas morais são sentidas pelos atores sociais e ao desencadeamento das formas de mobilização e de organização na emergência dos conflitos (KRIESBERG, 2003, p. 55-56). Quanto às disputas, conceito que vai preferencialmente ser privilegiado pelo campo da antropologia, Felstiner, Abel e Sarat, por exemplo, vão se interessar à maneira pela qual as ofensas (*griefs*) são percebidas ou não pelos indivíduos, chamando a atenção ao processo social de transformação através do qual as experiências se tornam ofensas, as ofensas se tornam disputas, podendo estas assumir diversas formas. Para estes autores, as

disputas se forjam a partir de três condições necessárias: nomeação (*naming*), responsabilização (*blaming*) e reivindicação (*claiming*) (FELSTINER, ABEL e SARAT, 1980-1981, p. 635-636).

3. É melhor evitar do que remediar?

Apoiando-se neste quadro teórico e analítico, busca-se neste trabalho trazer alguns apontamentos sobre a primeira dessas condições assinaladas, isto é, a sua condição subjetiva e cognitiva, a partir de uma constatação retirada da análise do nosso material: apesar de um olhar crítico sobre a própria situação vivida, exprimindo-se de maneira problemática no que toca ao trabalho, à habitação, à saúde, à vida social, familiar e conjugal e à condição irregular de estadia, diversas situações vivenciadas no cotidiano acabam, ao final, sendo toleradas e os conflitos evitados. Como compreender essas situações? Visando identificar e definir as situações que colocam problemas no cotidiano, com vista à metodologia do trabalho, a pesquisa se inspira na análise de conteúdo das entrevistas (D'UNRUG, 1974), articulando a técnica da análise temática (PAILLÉ e MUCHIELLI, 2016) com a técnica de estudo de casos. Se, de um lado, a análise temática propicia a identificação e a definição das situações dadas pelos próprios atores a partir de uma atenção particular às unidades de significação (*griefs*), de outro lado, os estudos de caso permitem analisar os processos, as dinâmicas e o desencadeamento dos conflitos uma vez emergidos. O quadro abaixo ilustra o exercício de tematização empregado, sem o objetivo de esgotar o assunto em razão da limitação deste trabalho:

Esfera do Problema	Tema	Unidade de Significação (<i>griefs</i>)	Trechos da Entrevista
Trabalho na construção	Atrasos e pagamentos parciais dos salários	Problema	<i>A maior parte dos patrões eram brasileiros. Quando eu cheguei na Bélgica, eu comecei a trabalhar para um brasileiro. Eu então trabalhei para um mesmo patrão durante dois anos, mas ele era muito problemático porque os salários eram pagos em atraso. E</i>

			<i>ele não pagava a integralidade dos salários além disso (Entrevista E.17).</i>
	Dificuldade de encontrar trabalho	Dificuldade Perigo Controle	<i>Sim, difícil. Hoje está mais difícil. Sem ter papéis é quase impossível. Está muito perigoso e tem bastante controle [...] (Entrevista E.4)</i>
	Calote do salário	Tensão	<i>[Quais são então seus problemas no trabalho?] Por exemplo, o período onde não encontra trabalho. O fim do ano é por exemplo um período de tensão porque a gente não consegue fazer dinheiro por causa da falta de trabalho. E os pagamentos também [calote do salário] (Entrevista E.4).</i>
	Controle e fiscalização nas obras	Medo Perigo	<i>Eu sempre andei despreocupado aqui, mas as pessoas são desconfiadas porque às vezes na obra e é lá que eu tenho medo. As obras são perigosas porque às vezes o controle chega e a gente precisa se esconder (Entrevista E. 7)</i>
	Controle e fiscalização nas obras	Dificuldade Complicação Desmotivação	<i>O negócio é difícil, você sabe? Porque você está no trabalho, você não está roubando nem matando pessoas. Você trabalha honestamente e você precisa se esconder porque você trabalha? Ah é muito complicado. Isso desmotiva. Você trabalha e precisa se esconder como se você fosse um criminoso. (Entrevista E. 6)</i>
	Calote do salário	Desagrado Dificuldade Frustração Dificuldade	<i>Então eu posso te dizer que eu tive muitas surpresas aqui, boas surpresas e más surpresas. [Pesquisador: quais surpresas?] A surpresa mais desagradável que eu tive foi a questão do trabalho, não do trabalho em si, mas da forma de recompensa do trabalho. (...) Eu vim aqui e a surpresa mais desagradável foi constatar que a gente trabalha e encontra muita dificuldade em relação à remuneração. Muito dinheiro ficou para trás. (...) Mas eu tive a minha primeira frustração quando eu trabalhei e tive dificuldade para receber. Aliás, essa pessoa não vive mais aqui. O outro, o italiano, ainda mora aqui. Então uma parte do dinheiro ficou para trás, outra parte foi parcelada. Que dificuldade! (Entrevista E.1)</i>
	Calote do salário	Complicação Absurdidade	<i>Mas minha história não muda. É sempre a mesma porque é muito complicado para receber, muito complicado. Você trabalha muito. É um trabalho pesado e no fim você não recebe (...) Você contrata alguém para trabalhar e você não paga porque você não quer nem saber se ele come, se ele paga o aluguel. É um absurdo! É um absurdo (Entrevista E.19)</i>

Trabalho Doméstico	Conciliação do trabalho de interna com a vida familiar	Desespero Choro Sofrimento	<i>Me dava um desespero porque eles chegaram [trouxe os filhos e o marido para a Bélgica] e devido ao fuso horário eles ficaram mais dormindo do que comigo. Me deu desespero muito grande, chorei muito na casa da madame. Ela me deixava sair às vezes às 10 horas da noite. Aí eu fiquei mais uns meses e falei para ela, às vezes ela deixava eu ficar em casa um pouquinho. Aí eu falei, não, vou arrumar um serviço de hora porque era muito sofrimento (...) Deus me abençoou e arrumei uma senhora de idade. Sempre trabalhei para pessoas idosas depois disso (Entrevista E. 12).</i>
	Calote do salário	Apertos Tensão	<i>Então a parte assim de procurar emprego eu não tive esta dificuldade. Quando eu comecei com a minha primeira patroa eu não ganhava mal. Eu ganha 1200 euros. Para alguém que tinha acabado de chegar e não sabia a língua e não sabia nada. Então essa parte de dificuldade financeira que muita gente tem eu não posso dizer que eu tive. Tive sim alguns apertos na época que teve a Brasil-Euro [caso Brasil-Euro, envolvendo uma empresa condenada por fraude fiscal e social que contratou muitas brasileiras no serviço de limpeza]. Porque eu ia receber na semana seguinte da Brasil-Euro, então todo o meu dinheiro que eu tinha eu mandei para o Brasil. Foi minha patroa nesta época que me ajudou muito (...) e nessa época foi tenso porque a gente não sabia o que a polícia ia fazer, se só ia ficar lá com o pastor ou se vinham atrás da gente também (...). Mas foi uma época meio complicada. Esse negócio de quando você chega e ficar com medo de polícia o tempo inteiro é difícil. Mas graças a Deus não vieram atrás da gente e ficaram só lá no pessoal. (Entrevista E.10).</i>
	Controle e Fiscalização no Trabalho	Complicação Medo Dificuldade	

	Humilhações	Humilhação Xingamento Tensão Grito Complicação Confusão	[E quais foram os teus problemas?] <i>Foi aguentar os portugueses. O problema maior que eu tive foi esse, foi aturar eles. (...) Os portugueses assim, em questão do trabalho não teve problema não porque não é um trabalho muito cansativo. Você faz prédio, escada, leva lixo na poubelle em cave e tudo, mas não é uma coisa muito cansativa (...) E os próprios patrões mesmo humilham muito, xingam a gente muito, grita demais, muita fofoca e muito leva e traz. Então, a parte do trabalho era boa, pagava direitinho e tudo. Mas a parte da cabeça da gente, a gente fica o tempo inteiro de tensão. O que vai vir desta vez? Por um copo de água que colocou aqui e não colocou aqui já virava uma tempestade, sabe. Então era complicado lá no serviço, é isso. Essa fofocaiada, os patrões arranjando confusão entre um e outro. (Entrevista E.10)</i>
--	-------------	------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Exprimindo-se em termos de problemas, de conflitos, de dificuldades, de tensões, de complicações, de frustrações, de absurdos, de sofrimento, de medo... busca-se então compreender diversas situações que, embora problemáticas na sua definição, em razão das ofensas e problemas que elas exprimem, acabam aceitas e não se manifestam sob a forma de um conflito aberto.

3.1. Uma hipótese provocativa: o contexto mais amplo de indiferença social

Nossa ambição, neste trabalho, é de trazer alguns apontamentos sobre esta questão com um foco especial nos antecedentes das disputas. Nas palavras de Felstiner, Abel e Sarat, “os antecedentes das disputas são tão problemáticos e interessantes quanto as disputas que podem emergir em última análise” (FELSTINER, ABEL e SARAT, 1980-1981, p. 633). Chamando a nossa atenção para uma compreensão acerca da capacidade das pessoas de suportar e tolerar a dor e a injustiça, estes autores vão ver na tolerância das situações a consequência de um processo falho na percepção das situações ofensivas, isto é, de uma experiência de injúria não percebida (*unperceived injurious experience*). São questões interessantes que visam dar conta das situações em que a indignação, as ofensas e

os sentimentos de injustiças não surgem tanto como resultado de ofensas percebidas pelos indivíduos e pelos grupos sociais, mas residem na “capacidade” de suportá-las.

Nesta linha, em 1970, Moore Junior já se questionava sobre a “impressionante capacidade humana de suportar o sofrimento e o abuso por mais trágico que este seja” (MOORE JR., 1987, p. 32). Tomando o exemplo do ascetismo, da casta dos intocáveis na Índia e dos prisioneiros dos campos de concentração, generalizando para a questão carcerária, desenvolve-se um questionamento se perguntando por que os indivíduos aceitam posições desvalorizadas e legitimam seu próprio status inferior, assim como as obrigações a ele associadas. Trata-se, para o autor, de um processo complexo que leva os indivíduos a colaborarem e a aceitarem moralmente a opressão e o próprio sofrimento, a ensinar uns aos outros e ensiná-los a si mesmos a atribuir um valor inferior ao seu trabalho, a aceitar a dor e a degradação como moralmente justificados. Sociedades inteiras podem, em certas épocas, transmitir uma ética da submissão (MOORE JR., 1987, p. 79-80).

É, nesta esteira, que Anne Vicent-Buffault (2009) abordou mais recentemente o problema da indiferença social e as formas particulares que ela toma na história. Para esta autora, nós estamos lidando com uma história paradoxal da nossa sensibilidade na medida em que estamos atualmente cada vez menos prontos para suportar a dor e o seu espetáculo, embora onipresente, o que coexiste com uma indiferença alimentada pelo desejo de segurança, de medo e de ignorância. Entretanto, a indiferença e a apatia são feitas de emoções que manifestam o “horror, desespero, cólera e frustração, essencialmente ligados ao sentimento de impotência interiorizado ao qual não nos aclimatamos” (VINCENT-BUFFAULT, 2009, p. 26), mas que pode ficar na invisibilidade por falta de poder tomar uma linguagem própria para lhes fazer sair da indiferença, mesmo exercendo-se “próximo dos olhares evitados e das situações de reprovação que vivem as pessoas, por exemplo os sem-teto, os clandestinos” (*Ibid*, p. 30).

Para Christophe Dejours, tomando a problemática particular do trabalho como fonte principal de injustiça e de sofrimento, uma transformação qualitativa estaria se operando na sociedade, ou seja, “uma evolução das reações sociais ao

sofrimento, à infelicidade e à injustiça. Evolução que se caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para ação em favor da solidariedade e da justiça...” (DEJOURS, 2009, p. 26). É a indignação e a raiva face à injustiça e ao sofrimento que se encontram na origem do conflito, e que parece ao autor em falta atualmente em razão de um processo de banalização do mal, favorecendo “a tolerância ao mal e à injustiça, processo graças ao qual se faz passar por uma infelicidade o que pertence de fato ao exercício do mal cometido por alguns contra outros” (*Ibid*, p. 23). Para Dejours, desde os anos 1980, o mundo do trabalho foi marcado pela implementação de novos métodos de gestão, acarretando não somente as demissões massivas e a brutalidade nas relações de trabalho, como também o desmantelamento dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais.

Neste contexto, pergunta o autor, por que as pessoas (*les braves gens*) aceitam os “trabalhos sujos”, por vezes com tanto zelo? A resposta não estaria nem nas perspectivas racionalistas, nem criminológicas e psicopatológicas, mas naquilo que o autor vai chamar “a valorização do mal”, traduzida pela tolerância, pela falta de denúncias, pela colaboração a situações injustas e sofridas, pela intensificação e discriminações no trabalho, pela manipulação da ameaça e da chantagem, etc. Operando-se pela negação da realidade e por estratégias defensivas que vão se exercer na própria percepção do problema, o enigma fundamental consiste na compreensão deste processo da banalização “graças ao qual se pode formar tropas de colaboradores e de pessoas aquiescentes a partir de uma população de bravas pessoas que dispõem, indubitavelmente, de um senso moral” (DEJOURS, 2009, p. 183).

3.2. A precarização a serviço do paternalismo/maternalismo e as lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos

Embora a hipótese de um contexto mais amplo marcado pela indiferença social seja interessante, servindo como uma provocação intelectual, já que interroga diretamente um contexto social feito de indiferença, influenciando na

percepção e na definição dos problemas, gostaríamos de trazer nossa reflexão para o contexto particular da imigração irregular, notadamente no que concerne aos problemas encontrados no trabalho, tanto por brasileiros quanto por brasileiras entrevistados, chamando em especial a atenção para as relações de tipo paternalistas/maternalistas que tendem a se instaurar nas lógicas de percepção das situações vivenciadas. Ou seja, relações de dependência pessoal e de gratidão que vão influir na percepção da própria situação e, por conseguinte, dos próprios problemas e conflitos, fortemente induzidas pela situação de precarização econômica na qual se encontram e pela situação irregular de estadia na Bélgica.

Neste país, são diversos os seus trabalhos: a limpeza das propriedades; o cuidado das crianças e das pessoas idosas; o tratamento de cavalos nos haras no interior do país; o serviço em cafés e restaurantes; o serviço de corte, de penteio, de maquiagem e pedicure/manicure em clientes nos salões de beleza ou à domicílio; a prostituição nos “cafés”; o serviço de massagem em clientes; a construção e renovação de propriedades públicas e privadas; o serviço de segurança privada em estabelecimentos comerciais; a venda de bolos, de doces e de salgados sob encomenda, dentre outros trabalhos. Contudo, é principalmente no serviço doméstico, confundindo-se às vezes com o cuidado de crianças e de pessoas idosas (*carework*), e no trabalho da construção civil, de onde se obtêm, informalmente, as principais fontes de renda na Bélgica.

Trata-se de setores da economia belga que se beneficiam de um aporte considerável da mão-de-obra estrangeira e irregular e que participam, atualmente, do processo mais amplo de flexibilização do trabalho e de redução de custos da produção. Em alguns segmentos do mercado de emprego belga, como notam Martiniello *et al.* (2010), a utilização da mão-de-obra irregular é estrutural e as necessidades de flexibilidade foram sentidas de maneira notável nas estratégias empresariais, favorecidas pela constituição de verdadeiros “nichos étnicos” no interior das cadeias de recrutamento do trabalho. Na era pós-fordista, aponta Andre Rea, são as relações entre salarizados e entre estes e os sindicatos que estão abaladas pelas práticas de terceirização (*sous-traitance*), pela precarização e pelas divisões étnicas. Assim, o emprego da mão-de-obra irregular “permite associar a

precariedade do emprego e a precariedade da estadia, e com isso assujeita cada vez mais os trabalhadores a seus empregadores” (REA, 2008, p. 39). O paternalismo, define Jounin:

É um modo de engajamento no trabalho que nega o contrato e recusa a intrusão do Estado nas relações de trabalho. Ideologicamente, ele se apresenta como uma relação paternal, de ordem doméstica (quer dizer estatutária e hierárquica), em que o subordinado é obrigação do mestre, enquanto que o mestre se coloca como o protetor de seu obrigado. É uma relação cativa em que se constrói um sistema de obrigações mútuas (JOUNIN, 2006, p. 428).

Constituindo-se como um contexto favorável ao desenvolvimento de relações de tipo personalistas no âmbito das relações de trabalho, em diversas situações os patrões e as patroas vão se afirmar na qualidade de verdadeiros protetores de seus empregados, como sendo aquele ou aquela que não vai jamais deixar faltar trabalho, por mais duro que ele seja. Uma situação que se torna ainda mais complicada quando o(a) empregador(a), além de fornecer o trabalho, fornece a habitação. Assim, por detrás de relações paternalistas, escondem-se ligações sutis de dependência e lógicas de favores geradoras de sentimentos de gratidão, de afetos e de medo que podem favorecer a aceitação dos problemas vivenciados e o evitamento de conflitos.

Como escrevem Morice et Potot, normalmente, em nome de uma origem comum (étnica) ou de uma solidariedade que se constrói para fazer face aos controles do Estado (*foudres*), “o candidato à imigração ou à instalação durável fica obrigado a entrar em um processo de submissão [*asservissement*] que buscará, ao contrário, fazer-lhe passar como um serviço prestado” (MORICE e POTOT, 2010, p. 19). Neste sentido, Jounin (2006) sugere que longe de uma figura acabada do salariado moderno, o paternalismo é um elemento de seu funcionamento porque é, notadamente, em torno dos excluídos da ordem contratual que se edificam dominações do tipo paternalista.

Caso 1. J. F. [que chamaremos João], 59 anos, chegou na Bélgica no ano de 2006. Casado, pai de 4 filhos, seu João diz ter migrado para a Bélgica pelo fato de ter na época dois irmãos que viviam neste país, um deles há 17 anos, embora a intenção inicial tenha sido os EUA. Três dias após a

sua chegada, conseguiu trabalho na construção. “Ele vinha da mesma cidade que a minha e quando ele descobriu que eu estava aqui ele veio me procurar. Ele era o patrão dos membros da igreja”. Não tendo jamais trabalhado na construção, já que no Brasil passou trinta anos no transporte de leite para uma cooperativa e no trabalho no campo, seu João diz ter aprendido sem dificuldade o *métier* na medida em que toda a vida teve que lidar com o trabalho duro. “Na Bélgica, o serviço de *plafonnage* [estucagem] é pesado porque é muro. É preciso fazer um muro, do concreto. É por isso que eu não tive dificuldades”. Como ajudante de obra, seu João recebia 50 euros por dia para trabalhar de 10 a 12 horas diárias. “E tem gente que paga até 30. É de 30 a 50 o normal. Eles **aproveitam** que a pessoa não sabe nada. Agora, depois que aprende a trabalhar é outra coisa, é 10 euros a hora no mínimo”. Seu João fala que trabalhou por um ano como ajudante de pedreiro “e o cara me pagando 50. **Mas não me importei porque o cara estava me dando serviço**, não pedi aumento nem nada porque eu fiquei satisfeito, porque eu conversei com ele para dar **serviço para os meus meninos e ele deu** [trouxo posteriormente a esposa e dois filhos para a Bélgica]. Eu fiquei satisfeito, entendeu? Tem que ter sorte também, entendeu? (Caso elaborado a partir da entrevista E.17 – o destaque é nosso)

Caso 2. D.F. [que chamaremos de Márcio], 27 anos, casado, pai de três filhos, dois deles nascidos na Bélgica, chegou neste país em 2006. “Meu pai chegou e através do meu pai a gente veio. E tudo depois daí o meu pai arrumou serviço junto com ele para mim e meu irmão”. Desde que chegou na Bélgica, Márcio sempre trabalhou na construção. No Brasil, ele era proprietário de uma Lan House, vendida para cobrir os custos da viagem. Embora não conhecesse nada do trabalho na obra, acabou rapidamente aprendendo a profissão, tendo inclusive assumido a posição de chefe de equipe desde o início, recebendo em média 12,50 euros a hora. “Toda a vida aqui eu fui chefe de equipe. Éramos 4, 5, 7 e era eu que dava as ordens”. De uma forma geral, relata não ter tido grandes problemas no trabalho, tendo inclusive “deixado as portas abertas com cada patrão que passou”, exceto com um patrão português em razão do calote do salário que ele, seu pai e seu irmão vão ser vítimas e que vai acabar em um conflito aberto, radicalizando-se pela violência [golpe de canivete na barriga do patrão] e no envolvimento da justiça penal, de advogados e de associações no caso. “Para cada um ele deve 4.600 euros, dois meses que trabalhamos para ele. **Tudo o que fizemos por ele e ele não quis nos pagar (...)** Ele, ele nos **ameaçava** sempre que os brasileiros que não têm papéis não têm direitos, que era preciso bater nos brasileiros para que eles trabalhem. Uma conversa de louco. Ele nos ameaçava sempre assim. Ele chegava cedo na garagem e já fazia seu sermão. [Ele dizia o quê?] Que tinha que ser do seu jeito. Às vezes colocava a cadeira aqui, mas não, a cadeira deve estar lá. Ele não aceitava nada. Ele nos ameaçava de manhã, fazia seu discurso, só contava merdas. **Grosseiro!** Ele não tinha educação para falar com as pessoas. Meu Deus, ele fazia cada coisa que você não podia imaginar”. Márcio conta que trouxe muita gente para trabalhar para ele, imaginando ser “alguém digno e respeitador dos direitos”. Inclusive, Márcio narra que o patrão sempre dizia apreciá-lo muito e prometia que no dia que “teus filhos ficarem doentes eu os levarei ao hospital”. “O cara me apreciava tanto e fazer o que ele fez” (...) **E a gente trabalhou muito para ele, muito. Era uma consideração com ele, todo mundo sabia. A gente só ficava em casa no domingo e ele fez isso com a gente**” (Caso elaborado a partir da entrevista E.6 – destaque nosso).

É na articulação da precariedade jurídica, induzida pelas políticas migratórias restritivas e criminalizadoras, e da precariedade econômica, colocando-se ambas ao serviço das formas de submissão ao trabalho, que os problemas são sentidos em grande medida. Sob este aspecto, seguindo Alain Morice, as leis de imigração se colocam ao serviço de uma reativação do paternalismo no trabalho, configurando-se por um processo de endividamento dos trabalhadores que fazem com que “o emprego se faça mais precioso e o preço diminua” (MORICE, 2007, p. 163). São relações que se observam, por exemplo, no setor da construção através das suas cadeias de terceirizações na medida em que a noção de culpa, ligada ao status, alimenta o medo e a culpabilidade no trabalhador, favorecendo ainda mais as relações personalistas:

Quando este tipo de recrutamento (*mise au travail*) se efetua através de redes que tiram coesão e eficácia ao mesmo tempo da ilegalidade e do sentimento de pertencimento étnico, torna-se difícil fazer-lhe uma resistência em nome do direito contratual. Ainda menos uma resistência moral porque sempre volta o duplo problema do medo e da dívida: dívida àquele que fornece trabalho, medo de ser expulso. Sob este ponto, o sistema de recrutamento (*embauche*) que existe nos terceiros da construção bem remete ao espírito do paternalismo, diferindo em um ponto essencial: é da desestabilização do operário que ele tira a sua força, mesmo que esta avance ocultada atrás da ideia de uma comum solidariedade (MORICE, 2007, p. 164).

Na esteira de Dejours, Morice (2007, p. 165) formula a hipótese da emergência de um sistema de defesa que se traduz pela negação de uma realidade sobre a qual os trabalhadores em situação irregular de estadia não têm controle. A “dívida moral”, então traduzida em termos de expressão de gratidão e de relações pessoais, influi na percepção e nas representações dos problemas, favorecendo lógicas de aceitação e de evitamento dos conflitos no trabalho. Agindo na própria percepção da situação, o paternalismo faz com que a situação, embora definida e sentida de alguma forma como problemática pelos trabalhadores, acabe bastante colorida pelo viés do apoio recebido, dos serviços prestados, dos presentes recebidos, dos empréstimos de dinheiro, do alojamento “oferecido”, das promessas de regularização da estadia... Manifestando-se, de alguma forma, na figura de um

tipo protetor, assegurando a sobrevivência graças ao “trabalho duro”, como também as “possibilidades” de permanência na Bélgica, a dependência induzida por esta condição tem a força de regimentar o trabalhador em uma relação de fidelização, de lealdade e de gratidão, fundada na assistência, no favor e na proteção, da qual não se pode reclamar muito:

*Caso 3. J. [o qual chamaremos de Miguel], 37 anos, reside irregularmente na Bélgica há 10 anos. Tendo residido anteriormente em Portugal por 1 ano e 6 meses, em 2001, quando trabalhava como segurança em uma boate privada em Lisboa, “eu arrumei um português que ia lá direto, que eu trabalhei como segurança de boate e aí o cara morava aqui, tinha um café e ele vivia me convidando e de lá eu vim para cá em 2002, mais ou menos isso”. Na sua chegada na Bélgica, foi trabalhar para esse português com o qual permaneceu até ser deportado três anos depois. Além do trabalho, o apartamento “foi até o meu primeiro patrão que alugou. Como eu saí dele eu fui obrigado a sair. [Ele pediu para você sair?] Pediu, só que era eu quem pagava, mas como estava no nome dele eu tive que sair” (...). Quando foi deportado em 2005, Miguel permaneceu no Brasil por 4 meses, tendo voltado para a Bélgica por insistência do patrão que inclusive comprou as suas passagens aéreas. “E ele mandou e eu voltei. Hoje ele é quebrado. Hoje ele **só fez asneira na vida** e vive de favor, **dá até dó**. Esse é aquele que **eu queria dar um pau** no início porque quando eu saí dele, ele não quis me pagar os últimos meses, os últimos dois meses. Foi esse mesmo” (...) Miguel narra que lutou durante 3 anos com o patrão para conseguir a regularização, os papéis: “só que aí eu falo assim que as pessoas não são transparentes. Eu lutei 3 anos com ele para ele me dar os papéis e ele nunca fez nada por mim. E aí até quando eu fui deportado. Mas eu já vim com emprego arrumado. Assim eu não sofri na Bélgica, não sofri, não posso dizer olha eu penei. Nunca ganhei menos de 50 euros por dia, graças a Deus”. [E você não chegou a pensar em denunciar o português?] **Eu jamais denunciaria ele porque como eu te disse ele me deu a mão. Foi ele quem me trouxe para aqui. Apesar de que ele não me pagou os dois últimos meses, mas ele sempre pagou antes. Me deu abrigo, comida, casa, dormida. Isso eu dou muito valor** (Caso elaborado a partir da entrevista E.2 – destaque nosso).*

O registro em termos de favor e de ajuda, exercendo-se sobre a percepção mesma das situações, manifestando-se em lealdades, afetos e sentimentos de dependência econômica, veste-se de gratidão pela oportunidade oferecida e pela confiança dada, reforçando o estabelecimento de relações leais. Contudo, como observam Damien e Lazzeri (2006, p. 8), “no coração da confiança se coloca em permanência o risco de uma dependência e o jogo de uma dominação: sempre submetida a sua revogação potencial, a confiança contém nela a possibilidade

mesma do conflito”. No seu estudo sobre os *ferrailleurs* da construção civil na França, nota Jounin que os setores que conhecem uma mercantilização expansiva da mão-de-obra, também conhecem e colocam em prática fidelizações seletivas e informais, lealdades pessoais e o recobrimento da relação de trabalho por ligações pessoais, familiares e étnicas. “É a recriação de proteções pontuais, de privilégios, de confianças mútuas entre indivíduos, enfim por todo tipo de derrogações práticas ao direito comum da mercantilização da força de trabalho” (JOUNIN, 2006, p. 399).

São formas de dependência que vão se inscrever no interior de relações étnicas e linguísticas, sobretudo na chegada na Bélgica, momento em que os contatos sociais são mais restritos e a língua coloca problema na busca de trabalho, mesmo que tenda no futuro a diversificar a rede de recrutamento, engajando os trabalhadores e trabalhadoras em uma relação de fidelização que lhes constrange fortemente a aceitar o primeiro trabalho que aparece e a conservá-lo, mesmo que difícil e problemático, mas que confere uma “certa proteção” em vista do desemprego. O recrutamento por indicação que se estrutura sob a forma de “apadrinhamento” e de cooptação, é um fator nos mecanismos de percepção das situações vivenciadas, através do qual as lógicas de fidelização e de lealdades, subjacentes às relações paternalistas, reforçam uma “obrigação moral”. Como destaca Jounin, um “salariado introduzido por um próximo não coloca somente em perigo o seu lugar e sua face, mas igualmente aquelas do próximo que, mais ou menos com força, colocou-se como fiador de seu comportamento: um homem introduzido vale duas lealdades engajadas” (JOUNIN, 2006, p. 424).

O contexto de proximidade das relações reforça, dessa forma, o verniz do paternalismo e do maternalismo, como é também o caso do trabalho doméstico. Sob este ponto, Judith Rollins (1985) vê na relação de trabalho, estabelecendo-se entre a trabalhadora doméstica e sua patroa, uma característica típica do maternalismo, diferenciando-se de um paternalismo fundado na autoridade patriarcal. As mulheres, diz esta autora, foram empregadoras de domésticas desde o século XIX e isso teria instituído uma relação distinta daquela que se observa com empregadores, caracterizando-se por uma dinâmica feminina e íntima no interior

de uma “relação de uma forma distintamente feminina” (*a relationship in distinctively feminine way*). Assim, o paternalismo se diferencia do maternalismo sob alguns aspectos:

[O paternalismo] é um aspecto de uma base de poder política-econômica-ideológica, o aspecto que se relaciona com a troca de proteções patriarcais por serviço e lealdade; maternalismo, por outro lado, é um conceito relacionado aos papéis de suporte intrafamiliar de nutrir, amar e assistir as necessidades afetivas (ROLLINS, 1985, p. 179).

Inscrevendo-se em um contexto de relações de proximidade e de intimidade, o próprio trabalho doméstico carrega em si a força de afetar a percepção da situação a partir de formas e de arranjos medidos “mais em termos de qualidade do relacionamento do que em aspectos práticos do trabalho” (ROLLINS, 1985, p. 185). Neste caso, a ênfase é dada nos afetos e nas emoções como um meio para melhor controlar as trabalhadoras domésticas e assegurar a posição de mando. Contudo, é preciso distinguir as situações de trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas e as relações de proximidade que se estabelecem na medida em que: o “trabalho de diarista”, fazendo a limpeza para diversos empregadores durante a semana, e o trabalho de limpeza de escritórios e estabelecimentos comerciais, diferem, afetivamente, do “trabalho de interna” para uma mesma família, com ou sem crianças. Neste caso, de preferência caracterizado por um cotidiano feito de compartilhamentos, de intimidade e de confiança, em que as identidades, como nota Helma Lutz, constroem-se através de uma relação de trabalho personalizada, enfatizando lealdade e dependência mútua, ou seja, um trabalho não somente “exigente técnica e fisicamente”, como também “emocionalmente carregado” (LUTZ, 2011, p. 75).

Caso 4. M. [que chamaremos de Aline] tem 46 anos. Ela reside na Bélgica, juntamente com os dois filhos há 9 anos, tendo-os primeiramente deixado no Brasil, com a avó, durante 3 anos até conseguir reunir a família na Bélgica. “Eu fiquei sem eles, porque minha mãe morreu, depois de 3 anos que eu estava aqui. Porque eu **sofri** muito aqui Bruno [dirigindo-se ao pesquisador em lágrimas], muito!”. Aline relata que foi na Bélgica que teve que trabalhar pela primeira vez, “aqui na Bélgica eu tinha que ralar”, já que no Brasil cuidava da casa até o falecimento do marido.

Inclusive acha que migrou para a Bélgica para esquecer e fugir deste problema. Com 6 meses que estava na Bélgica foi deportada após um controle de ticket na linha de transporte do *Tram*, ocasião em que pôde ver sua mãe pela última vez antes da sua morte. Narra que na sua chegada ficou 6 meses sem conseguir trabalho. “Porque por fim **eu fui morar na casa de uma portuguesa que trabalhava na Representação de Portugal e eu olhava o neto dela por 10 euros por dia. Eu fazia tudo. Ela foi muito boa para mim.** E depois de tudo isso, depois que meus filhos vieram, eu nunca fui ver ela. Ela foi muito boa, **uma mãe para mim**”. Tendo trabalhado em cafés, no momento em que se desenrolou a entrevista, fazia “5 anos, até a semana passada, que eu trabalhei 5 anos no mesmo lugar”, no bairro do Uccle em Bruxelas, “na casa privada de gente riquíssima, riquíssima, riquíssima”, na qual Aline “fazia de tudo”. Muito embora nossa entrevista tenha abordado, sobretudo, a situação de violência conjugal que ela vivenciou com um companheiro belga, e que ainda vivenciava, perguntada sobre outros problemas encontrados durante os 9 anos na Bélgica, Aline destaca o trabalho. “Sim, Bruno. **O trabalho as pessoas aproveitam muito da gente. Você não tem papel.** Esse último trabalho agora é [hesitação]. Eu decidi e eu respondi mal porque eu disse para ela [patroa]. E ela me disse assim: toda a vida você falou para mim que ia ter o papel. E eu disse: eu nunca disse isso! Ah que o seu filho ia casar e que você ia conseguir os papéis. Eu nunca disse isso. Mas eu disse: olha aqui, eu nunca disse isso e você? O que você fez por mim? **Eu não posso reclamar dela, de jeito nenhum. Os presentes, as coisas que ela já me deu. Só coisa boa. Eu não posso reclamar dela. Eu fui e falei para ela: você também poderia ter me ajudado. Só que quando eu falei assim, eu bati com a mão na mesa. Não podia ter falado assim também né? Por que eu não pensei? Mas a gente esgota, Bruno, de sofrer, de sofrer, entendeu?** (Caso elaborado a partir da entrevista E.8 – destaque nosso)

Caso 5. N. L. [a qual chamaremos de Gisele], 26 anos, reside irregularmente na Bélgica há 6 anos. Foi um amigo brasileiro, que era cavaleiro em um Haras no interior da Bélgica [cidade de Namur], que a convidou a migrar. “Ah, eu vou já que eu não tenho serviço ele falou que vai me emprestar o dinheiro, eu vou. Aí eu vim e cheguei aqui e fui morar com ele e eu fui trabalhar num haras e cuidar de cavalos. Adorei a experiência e aí eu trabalhei lá durante 1 ano e **ganhava uma mixaria demais** e fiquei um tempo por lá. Aí eu e ele começou a não dar certo e eu vim embora pra Bruxelas e vim morar na casa de uma colega que eu conhecia por outras pessoas também”. Em Bruxelas, Gisele começou a trabalhar nos serviços de limpeza “daquele jeito, tudo **muito difícil, correndo da polícia** e se escondendo toda vez que falava: vai ter um controle. Todo mundo e nem eu ia trabalhar. Era muito difícil”. Gisele relata que trabalhou na limpeza para uma patroa, mas acabou ficando **durante 3 anos com a antiga patroa, “muito boa para mim e é minha amiga até hoje. Só que ela teve que me mandar embora porque eu não tinha documento, do mesmo jeito que era nos outros lugares. E ela ficou muito triste e eu fiquei muito triste e aí eu fiquei**

magoada e briguei com ela um tempo por causa disso (Caso elaborado a partir da entrevista E.14 – destaque nosso).

Inscrevendo-se, muitas vezes, em expressões de amizade e de “parentesco”, opera-se um deslocamento suscetível de agir na percepção da situação de trabalho em razão das emoções e dos afetos ancorados, baseando-se nas lógicas de proteção, confiança, fidelidade, gratidão e dependência capazes de influir na aceitação dos problemas e no evitamento dos conflitos. Com efeito, o quadro no qual se inscreve a relação de trabalho doméstico e irregular é ambíguo, já que bastante colorido por expressões de afeto, de amizades e de proximidades das relações de trabalho, no interior de um “esquema de família emocional”. Neste quadro, somente as ofensas morais (*griefs*) e as humilhações sentidas no cotidiano têm a força de romper com esse esquema, dando ensejo à emergência de conflitos e às constantes mudanças de trabalho (*turnovers*).

A degradação e a ruptura dessas relações impõem importantes custos aos trabalhadores da construção civil e às trabalhadoras domésticas, não somente materiais, mas também emocionais, assim como representam a perda de uma certa forma de “proteção” que asseguravam os patrões. O rompimento da retórica igualitária e do esquema de família emocional que as ofensas (*griefs*) manifestam, expõe os trabalhadores à sua “miséria da posição” (BOURDIEU, 1993), revelando a precariedade na qual se encontram, a assimetria de poder nas relações de trabalho e as lógicas de dominação maternalistas e paternalistas. Para Lutz, fazendo referência ao trabalho doméstico, mas que podemos estender ao trabalho na construção civil, “como esta relação de emprego é marcada pela pessoalidade, ela pode a qualquer momento se tornar precária” (LUTZ, *op. cit.*, p. 75).

4. Considerações finais

A centralidade que foi largamente dada, nesta discussão, aos problemas, aos conflitos e às disputas na esfera do trabalho, enfatizando alguns aspectos das lógicas de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos, no âmbito do trabalho na construção civil e na domesticidade, é devida, em parte, ao fato do

trabalho se constituir como um problema de importância capital nos testemunhos recolhidos na pesquisa. Por outra parte, é devido ao fato dele se colocar como um aspecto fundamental na constituição das identidades sociais. Trata-se, muito embora preferimos não tratar disso neste trabalho, visto a sua limitação, de lógicas que se notam também em outras esferas de vida com respeito à saúde, à habitação e às relações familiares e amorosas, acentuando formas de dependência e de “proteção pessoal”, a exemplo dos problemas conjugais. São questões que pretendemos abordar em trabalhos posteriores.

Por ora, o objetivo foi trazer alguns apontamentos sobre os antecedentes das disputas, abordando o “destino” de diversas situações sociais encontradas na pesquisa que, embora se definindo de maneira problemática pelos próprios atores entrevistados, acabam sendo aceitas e toleradas no cotidiano. Mesmo que possamos admitir, de maneira provocativa, a hipótese de um contexto mais amplo de recrudescimento da indiferença social, de banalização das injustiças e do sofrimento, tomando aspectos de uma legitimação moral suscetível de agir sobre a percepção dos próprios problemas, é principalmente em relação ao contexto particular de precarização, induzido pela condição econômica e de estadia irregular na Bélgica, permeadas por relações de lealdade e de dependência reveladoras do paternalismo/maternalismo, uma das chaves para uma melhor compreensão das lógicas subjacentes de aceitação dos problemas e de evitamento dos conflitos do trabalho.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ADAM, I.; MOHAMED, N. B.; KAGNÉ, B.; MARTINIELLO, M. e REA, A. **Histoires Sans-Papiers**. Bruxelas: Editions Vista, 2002.

ALVES, H. A. **L’immigration des Brésiliens Sans Papiers à Bruxelles. Au-delà des raisons économiques**. Mémoire d’Etudes. Université Catholique de Louvain. Faculté Ouverte de Politique Economique et Sociale, 2005.

BECKER, H. S. (ed). **Social Problems: a modern approach**. New York: John Wiley & Sons, 1967.

BECKER, H. S. **Les Ficelles du Métier**. Paris : La Découverte, 2002.

BOUAMAMA, S. (ed.) **La République à l'École des Sans-Papiers**. Paris : L'Harmattan, 2008.

BOURDIEU, P. (dir.) **La Misère du Monde**. Paris: Editions du Seuil, 1993.

BRION, F.; REA, A. ; SCHAUT, Ch. E TIXHON, A. (eds.) **Mon Délit ? Mon Origine. Criminalité et Criminalisation de l'Immigration**. Bruxelles : De Boeck & Larcier, 2001.

DAMIEN, R. E LAZZERI, Ch. (coord.) **Conflit, Confiance**. Paris : Presses Universitaires de France, 2006.

DAVOUDIAN, Ch. (ed.) **Mères et Bébés Sans-Papiers**. Toulouse : Éditions Érès, 2012.

DEJOURS, Ch. **Souffrance en France**. La banalisation de l'injustice sociale. Paris: Editions du Seuil, 1998.

DESLAURIERS, J.-P. A Indução Analítica. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.-P.; GROULX, L.-H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R. e PIRES, A. P. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, pp. 337-352.

D'UNRUG, M.-Ch. **Analyse de contenu et acte de parole: de l'énoncé à l'énonciation**. Paris: Editons Universitaires, 1974.

FASSIN, D. e MORICE, A. Les épreuves de l'irrégularité: les sans-papiers, entre déni d'existence et reconquête d'un statut. In, SCHNAPPER, D. **Exclusions au Cœur de la Cité**. Paris : Ed. Economica, 2001, pp. 263-309.

FELSTINER, W. L. F.; ABEL, R. L. e SARAT, A. The emergence and transformation of disputes: naming, blaming, claiming... In, **Law & Society Review**, vol. 15, n. 3/4, 1980-1981, p. 631-654.

FREITAS, A. e GODIN, M. Carrières migratoires des femmes latino-américaines dans le secteur de la domesticité à Bruxelles. In: **Revue Européenne des Migrations Internationales**, vol. 29, n. 2, 2013, p. 37-55.

GODIN, M. Domestic Work in Belgium: Crossing Boundaries Between Informality and Formality. In, TRIANDAFYLLIDOU, A. **Irregular Migrant Domestic Workers in Europe**. Wey Court West: Ashgate, 2013.

HAYEZ, J.-Y. Enfants et Adolescents Sans Papiers. In, PICKELS, A. (ed.) **A la Lumière des Sans-Papiers**. Bruxelles: Editions Complexe, 2001, p. 61-70.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“La loi est contre moi”**. **Accès des femmes migrantes à la protection contre la violence intrafamiliale en Belgique**, 2013. Relatório Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/belgium1112frForUpload.pdf>. Acesso em 20/09/2020.

JAMOULLE, P. e MAZZOCCHETTI, J. **Adolescences en Exil**. Louvain-La-Neuve: Editions Academia-L’Harmattan, 2011.

JOUNIN, N. **Loyautés Incertaines. Les travailleurs du Bâtiment entre Discrimination et Précarité**. Tese de Doutorado em Sociologia. Université Paris-Diderot – Paris VII, 2006.

JOUNIN, N. **Chantier Interdit au Public. Enquête Parmi les Travailleurs du Bâtiment**. Paris: La Découverte, 2009.

KAGNÉ, B. Sans-Papiers en Belgique. Éléments d’analyse d’une catégorie sociale à facette multiples. In: PICKELS, A. (ed.) **A la Lumière des Sans-Papiers**. Bruxelles: Editions Complexe, 2001, pp. 41-59.

KRIESBERG, L. **Constructing conflicts: from escalation to resolution**. New York/Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

LUTZ, H. **The New Maids. Transnational women and the care economy**. New York/London: Zed Books, 2011.

MARTINIELLO, M.; REA, A.; TIMMERMAN, C. e WETS, J. **Nouvelles Migrations et Nouveaux Migrants en Belgique**. Gent: Academia Press, 2010.

MENJIVAR, C. e SALCIDO, O. Immigrant Women and Domestic Violence: Common Experiences in Different Countries. In: **Gender and Society**, vol. 16, n. 6, 2002, pp. 898-920.

MOORE JR., B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MORICE, A. **Recherches sur les paternalisme et le clientelisme contemporains: methodes et interpretations**. Mémoire pour habilitation à diriger des recherches. École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2007. Disponível em: http://reseau-terra.eu/IMG/pdf/Morice_2000_HDR.pdf. Acesso em 06/06/2022.

MORICE, A. e POTOT, S. Travailleurs étrangers entre emancipation et servitude. In, MORICE, A. e POTOT, S. (eds.). **De l'ouvrier immigré au travailleur sans papiers**. Paris: Editions Karthala, 2010, p. 5-21.

ORGANISATION INTERNATIONALE POUR LES MIGRANTS (OIM). **Assessment of Brazilian Migration Patterns and Assisted Voluntary Return Programme from Selected Member States to Brazil**. Research Report (September 2007- February 2009).

PAILLÉ, P. e MUCCHIELLI, A. L'Analyse Thématique. In: **L'analyse qualitative em sciences humaines et sociales**. Paris: Armand Colin, 2016, p. 235-317.

PEDROSO, L. E. V. **O Recente Fenômeno Imigratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PEREIRA, M. **Brasileiros Récem-Chegados na Bélgica: Percorso entre Direitos e Estratégias de (Sobre)Vivência**. In: Abraço ASBL, julho de 2008.

PLATFORM FOR INTERNATIONAL COOPERATION ON UNDOCUMENTED MIGRANTS (PICUM). **Stratégies pour Mettre Fin à la Double Violence Contre les Femmes Sans-Papiers. Protéger leurs Droits et Assurer la Justice**, 2012.

Disponível:

http://picum.org/Documents/Publi/2012/Strategies_pour_mettre_fin_a_la_double_violence_contre_les_femmes_sans-papiers.pdf. Acesso em 15/09/2020.

REA, A. **Sociologie de l'Immigration**. Paris: Édition La Découverte, 2008.

ROLLINS, J. **Between Women: Domesticity and Their Employers**. Philadelphia: Temple University Press, 1985.

ROSENFELD, M.; GOIS, P.; LENZ, A.; REA, A. e REYNTJENS, P. Immigration Brésilienne en Europe: Dimension Transnationale. In: **Revue Hommes et Migrations**, n. 1281, 2009.

SPECTOR, M. e JOHN I. KITSUSE. **Constructing Social Problems**. New York: Aldine De Gruyter, 1987.

VINCENT-BUFFAULT, A. **L'Eclipse de la sensibilité**. Eléments d'une histoire de l'indifférence. Lyon: Parangon, 2009.